

ARTIGOS DOSSIÊ

Jean Samuel Rosier¹

O grito da primeira nação negra independente por uma independência já conquistada

TítuloSecundário

RESUMO:

O Haiti constituiu-se como a primeira república negra do mundo após mais de três séculos de escravidão, resultado de uma revolução conduzida por pessoas escravizadas que se estendeu por mais de treze anos e culminou na batalha final pela independência, em 18 de novembro de 1803, contra o exército francês comandado por Napoleão Bonaparte. A proclamação da independência ocorreu em 1º de janeiro de 1804, configurando-se como um acontecimento inédito e, para as potências coloniais, impensável e inaceitável, o que resultou na imposição de um elevado e duradouro “preço” pela ousadia da libertação. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo central, a partir da perspectiva teórica pós-colonial, analisar determinados episódios da história haitiana que revelam novas formas de perpetuação das relações coloniais, bem como apontar possíveis caminhos de ruptura com a lógica colonial ainda vigente.

ABSTRACT:

Haiti became the first Black republic in the world after more than three centuries of slavery, the result of a revolution led by enslaved people that lasted over thirteen years and culminated in the final battle for independence on November 18, 1803, against Napoleon Bonaparte's French army. The proclamation of independence took place on January 1, 1804, marking an unprecedented event and one that was, for colonial powers, both unthinkable and unacceptable — which resulted in the imposition of a high and long-lasting “price” for the audacity of liberation. In this context, the main objective of this paper, from a postcolonial theoretical perspective, is to analyze certain episodes of Haitian history that reveal new forms of the perpetuation of colonial relations, as well as to point out possible paths toward breaking with the still prevailing colonial logic.

Palavras-chave: Sistema Colonial; Revolução Haitiana; Colonialismo; Independência

Keywords: Colonial System; Haitian Revolution; Colonialism; Independence

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorando em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina ROR, Florianópolis, SC, Brasil.

jeansamuelrosier@yahoo.fr, [id](https://orcid.org/0000-0002-1003-2239) <https://orcid.org/0000-0002-1003-2239>

INTRODUÇÃO

Although more than two centuries have passed since Haitian independence, Haiti remains the most persecuted and demonized nation on earth. (ALEXANDER, 2023, p.2)

Antes de tudo, vale a pena sublinhar que o Caribe é considerado como o coração da modernidade. Essa afirmação tem por base a localização geográfica do Caribe, sua importância no tráfico atlântico durante a colonização, o peso de suas riquezas para os colonizadores da época colonial e, sobretudo, a sua resistência contra os poderes imperiais nos últimos séculos e décadas recentes (QUEIROZ, 2018). Entre todos os países da região caribenha, o Haiti merece uma atenção específica para entender a importância da região no centro da história da humanidade. O Haiti realizou uma das maiores revoluções do mundo no final do século XVIII, paralelamente à Revolução Francesa. É uma história de grande resistência que torna o Caribe um dos eixos necessários para falar da história do mundo e da modernidade.

O Haiti tornou-se a primeira república negra do mundo após mais de três séculos de escravidão, resultado de uma revolução conduzida por pessoas negras escravizadas que se estendeu por mais de treze anos. O movimento reivindicava a abolição da escravidão em todo o território de Santo Domingo (correspondente atualmente ao

espaço que divide o Haiti e a República Dominicana) e culminou na última batalha da independência, em 18 de novembro de 1803, contra o exército francês liderado por Napoleão Bonaparte. A independência foi oficialmente proclamada em 1º de janeiro de 1804 (JAMES, 2007). É uma história de grande resistência que torna o Caribe um dos eixos necessários para falar da história do mundo e da modernidade. Sobre essa importância, Silva destacou que:

Santo Domingo foi o primeiro assentamento colonial e a primeira capital do império espanhol nas Américas. Ou seja, lá se inaugurou o processo colonizador que foi disseminado pelo restante da região. Na mesma ilha Hispaniola foi deflagrada a primeira revolução descolonizadora exitosa (2025, p. 66)

Apesar do isolamento imposto ao Haiti e do temor de que sua experiência revolucionária se repetisse em outros territórios, diversos países da América, da África e da Ásia conquistaram sua independência ao longo dos séculos seguintes. Nesse sentido, torna-se cada vez mais complexo sustentar a ideia de que o colonialismo permaneça inalterado, uma vez que a difusão das lutas de libertação anticolonial tem produzido transformações significativas em diferentes regiões do mundo (SANTOS, 2018; QUEIROZ; JUPY, 2021).

Portanto, conforme argumenta Santos

(2018), o colonialismo não se encerrou, mas transformou-se em novas formas e estratégias de dominação. No caso haitiano, essa permanência é evidente: "Invasões, ocupações, agressões e embargos são os métodos adotados [para manter a continuidade das mesmas relações do colonialismo]. O Haiti ainda não terminou de pagar o tributo pela ousadia de 1804" (SEITENFUS, 2014, p. 53).

Discutir o colonialismo na atualidade implica necessariamente abordar o pós-colonialismo. Nesse sentido, a fim de evidenciar a perpetuação e a reconfiguração das relações coloniais no território haitiano contemporâneo, torna-se indispensável uma revisão teórica fundamentada nos estudos afro-diaspóricos, nas perspectivas anti-, pós- e decoloniais, bem como nas contribuições do giro decolonial. O objetivo central deste trabalho é demonstrar, a partir da perspectiva pós-colonialista, como determinados acontecimentos da história do Haiti podem ser compreendidos como novas formas de reprodução e manutenção das estruturas coloniais.

A reflexão metodológica deste trabalho adota como fio condutor a identificação de rupturas e rearticulações da matriz colonial de poder no Haiti. Os episódios históricos foram selecionados com base em três critérios de significância analítica: (1) Imperialidade e Espoliação: A análise da dívida de independência de 1825 e da ocupação estadunidense (1915-1934) fundamen-

ta-se no critério da ingerência externa como mecanismo de "acumulação por espoliação" e negação da autonomia. (2) Governança Global e Biodiplomacia: A seleção das missões da ONU (1993-2017), com ênfase na MINUSTAH, justifica-se pelo estudo das tecnologias de governança que operam sob a lógica da "ajuda humanitária" para exercer controle biopolítico sobre a população. (3) Racialização como Dispositivo de Dominação: Em todos os episódios, utiliza-se a raça como eixo transversal de análise, demonstrando como a classificação social universal foi mobilizada para tornar a soberania haitiana "impensável" e justificar regimes de tutela.

Essa estrutura, baseada em Ballestrin (2017), confere coerência à noção de "sequestro da independência", permitindo demonstrar que o fim do colonialismo administrativo em 1804 não significou o fim da colonialidade; esta foi reativada por dispositivos financeiros, militares e discursivos que mantêm o Haiti em um estado de exceção permanente no sistema-mundo moderno.

Para o alcance do objetivo proposto, o presente trabalho será organizado em três seções, além da introdução. No primeiro momento, desenvolve-se uma revisão teórica acerca do pós-colonialismo, com ênfase nos principais conceitos, categorias analíticas e debates que fundamentam o campo. Em seguida, são analisados acontecimentos específicos da história haitiana que evidenciam

a continuidade e a reconfiguração das práticas coloniais ao longo do tempo. Por fim, nas considerações finais, apresentam-se reflexões que apontam para possíveis caminhos de superação e ruptura com a lógica colonial ainda vigente.

COLONIALISMO, UMA NOVA ROUPAGEM DO SISTEMA COLONIAL

Torna-se importante estabelecer, desde o início, uma distinção conceitual entre colonialismo, colonialidade e pós-colonialismo, a fim de evitar ambiguidades ou imprecisões interpretativas ao longo do texto. O colonialismo denota a relação política e econômica de dominação direta de um povo sobre outro (GÓMEZ, 2017). Diferentemente, a colonialidade é a matriz de poder que sobrevive ao fim do colonialismo formal, atuando como a face oculta da modernidade através da classificação racial global (BALLESTRIN, 2017; QUIJANO, 2005). O pós-colonialismo refere-se tanto à condição temporal após as independências quanto às teorias que investigam os impactos culturais e intelectuais dessa dominação (BALLESTRIN, 2017; GÓMEZ, 2017). Assim, enquanto o colonialismo finda com a soberania, a colonialidade permanece vigente nas estruturas sociais e no controle do saber (QUIJANO, 2005; GÓMEZ, 2017).

Quijano, falando a respeito de uma descolonização exitosa, salienta que a descolonização do

poder e da dominação deve passar necessariamente pela descolonização “de todas as perspectivas de conhecimento” (QUIJANO, 1999, p. 15, tradução nossa). Nesta pesquisa, a Revolução Haitiana é considerada como uma desobediência coletiva ao sistema colonial europeu e, por isso, é fundamental tecer uma revisão bibliográfica baseada nos estudos afro-diaspóricos, (anti/pós/de) coloniais, considerados muitas vezes como uma insubordinação epistemológica e que são frutos de reflexões coletivas, transdisciplinares e engajadas. O pensamento afro-diaspórico, as epistemologias decoloniais e os estudos críticos se enquadram no chamado giro decolonial¹ (BALLESTRIN, 2013) ou desobediência epistêmica² (MIGNOLO, 2008). Trata-se da ideia de parar um pouco de escutar somente o caçador, os opressores históricos, e ouvir também a história do lado do caçado, dos oprimidos históricos. É um giro onde a história contada deixou de ser somente de cima, mas também desde baixo. São estudos que tiram o véu da universalidade das teorias do mainstream e buscam mostrar o outro lado de uma mesma história.

Antes de tudo, é importante destacar que o colonialismo, em sua gênese, possui uma dimensão intrinsecamente racial. O racismo constitui a base estrutural desse sistema histórico, configurando uma divisão do trabalho em que os homens negros foram sistematicamente sub-

metidos a condições de escravidão e trabalho forçado, enquanto os homens brancos ocuparam a posição de controle e dominação — não apenas sobre os corpos negros, mas também sobre as riquezas por eles produzidas, como as minas de ouro e de outros metais preciosos (QUIJANO, 2000). A perspectiva do autor explica por que, mesmo após 1804, ano da independência do Haiti, a colonialidade do poder continuou a operar através da exclusão racial e da dependência econômica até o presente momento.

Entre os dois grupos anteriormente mencionados, consolidou-se uma estratificação social marcada por subgrupos hierarquizados com base na cor da pele e em características étnicas. Questões relacionadas à raça, aos direitos e à liberdade eram — e continuam a ser — particularmente sensíveis no contexto do sistema colonial. James (2007), em sua análise sobre as relações raciais na colônia de Santo Domingo, observa que os brancos ocupavam o topo da pirâmide social, enquanto entre os demais prevalecia uma lógica de hierarquização interna, na qual “[...] o homem de cor que era quase branco desprezava o homem de cor que era apenas meio branco, que por sua vez desprezava o homem de cor que era um quarto branco, e assim por diante, percorrendo todos os matizes” (ibid., p. 53).

Este trabalho não tem como objetivo aprofundar-se nas camadas sociais do colonialismo

baseadas na cor da pele, sobretudo porque, atualmente, a população haitiana é composta majoritariamente por negros. Os haitianos negros, descendentes de africanos escravizados, representam aproximadamente 95% da população, enquanto os brancos correspondem a cerca de 5%.

Retomando o ponto central, é imperativo distinguir a colonização, enquanto política histórica de ocupação territorial, da colonialidade do poder, entendida como uma dimensão constitutiva e estruturante da modernidade e do capitalismo. Esta matriz de poder emerge do violento encontro da Europa com o continente americano em 1492, inovando a dominação ao instituir a raça como instrumento de classificação social universal para desumanizar povos originários e negros, justificando assim a escravidão e o comércio transatlântico (CASTRO-GÓMEZ, 2005; QUIJANO, 2005). Segundo Mills (2017; 2022), tal estrutura opera como um "contrato racial" de exploração que garante privilégios sistêmicos à branquitude através da expropriação de corpos e recursos. Assim, evidencia-se que o colonialismo não foi superado, mas transformado: enquanto o domínio administrativo finda, a colonialidade persiste como a lógica que continua a organizar o poder, o ser e o saber contemporâneos.

Diversos autores abordam o colonialismo contemporâneo a partir de diferentes perspectivas analíticas. Alguns enfatizam as dimensões sociais,

outros destacam as questões raciais, enquanto há aqueles que se concentram na divisão internacional do trabalho, entre outras problemáticas correlatas. Nesse sentido, as contribuições teóricas de autores como Edward Said, Frantz Fanon e Aimé Césaire, entre outros constituem referenciais fundamentais para orientar e aprofundar a compreensão do fenômeno pós-colonial e de suas múltiplas expressões na atualidade.

Edward Wadie Said, em sua obra *Orientalismo* (1978), desvela como a construção discursiva do Ocidente inventou o "Oriente" como um estereótipo estratégico para a manutenção do poder imperial (BALLESTRIN, 2017). No entanto, é imperativo problematizar a própria designação de "Oriente Médio", termo apontado por leituras pós-coloniais como eurocêntrico, por geografar e nomear regiões a partir de sua distância em relação à Europa. Além disso, deve-se evitar a caracterização restritiva da região como exclusivamente árabe e muçulmana. Na realidade, ela é marcada por uma profunda heterogeneidade étnica, composta também por persas, turcos e curdos, e por uma diversidade religiosa que inclui judeus e cristãos (DUSSEL, 2005). Mesmo a identidade árabe não é homogênea, sendo articulada mais por laços linguísticos do que por uma essência étnica única. Conforme Said (2007), a "teia de racismo" que reprime esses povos ignora tais complexidades para consolidar uma imagem de inferi-

oridade que justifica a dominação geopolítica contemporânea.

Said (2007) evidencia como, a partir de uma produção científica ocidental, consolidou-se uma imagem de inferioridade dos povos orientais, afirmando que "[...] o senso de poder ocidental sobre o Oriente é aceito como natural, com o status de verdade científica" (ibid., p. 99). Embora seu foco analítico recaia sobre o Oriente, o autor reconhece a amplitude dos impactos do colonialismo europeu e da hegemonia norte-americana em uma nova ordem global, cujas repercussões se estendem sobre diferentes regiões do mundo.

Ao redigir sua obra mais influente como um "oriental" vivendo no Ocidente, especificamente nos Estados Unidos, Edward Said afirmou que a experiência de vida do oriental é marcada pelo desalento. Ainda que o contexto não correspondesse mais ao do antigo sistema colonial, os sentimentos e vivências dos povos do Oriente permaneciam atravessados por dinâmicas de exclusão e subalternização, sugerindo que tais condições tendem a perpetuar-se nas gerações futuras. Como enfatiza o autor: "A teia de racismo, estereótipos culturais, imperialismo político, ideologia desumanizadora que reprime os árabes ou os muçulmanos é realmente muito forte, e essa teia é o que todo palestino vem a sentir como seu destino singularmente punitivo" (SAID, 2007, p. 71).

Said (2007), ao analisar a atuação contem-

porânea dos Estados Unidos no Oriente Médio e em outros países da região, evidencia que o exercício de poder continua sendo marcado pelo uso da força persuasiva acompanhada de violência, atrocidades, derramamento de sangue, pilhagem e destruição material. Tal dinâmica demonstra que a supremacia dos impérios, ao longo da história, mantém-se ativa sob o mesmo *modus operandi* do antigo sistema colonial, ainda que sob novas formas de dominação política, econômica e cultural.

Enquanto a análise de Said privilegia a desconstrução de discursos e identidades forjadas pelo império, Quijano enfatiza que a modernidade é indissociável da colonialidade, sendo necessário romper com essa lógica de dominação que persiste no ser, no saber e no poder mesmo em Estados independentes. No Haiti, essa distinção revela como a racialização permanece como o eixo fundamental de classificação social que sobreviveu à ruptura do vínculo colonial formal em 1804. Para superar esse fardo, o artigo propõe uma desobediência epistêmica capaz de confrontar o silenciamento histórico da revolução e as práticas de intervenção humanitária que reatualizam a matriz colonial de poder contemporânea.

Outro autor fundamental para os estudos pós-coloniais é Frantz Fanon. Nascido na ilha caribenha da Martinica, então colônia francesa, atualmente constituída como coletividade territorial francesa ultramarina, Fanon desenvolveu sua

reflexão a partir das dimensões raciais e culturais da dominação colonial. Sua análise busca revelar os mecanismos de comportamento e de opressão empregados contra os sujeitos considerados “diferentes”. Para o autor, a nação colonial é estruturalmente e culturalmente racista, de modo que não há distinção substancial entre o racismo praticado no Oriente e na África ou entre aquele direcionado ao negro e ao judeu.

Assim como Said, Fanon evidencia que houve, e ainda há, uma produção científica voltada a sustentar a ideia da inexistência de cultura em determinados grupos humanos ou, alternativamente, a afirmar a superioridade de certas culturas sobre outras, estabelecendo uma hierarquização cultural. Fanon relembra, nesse sentido, o esforço de legitimação do racismo em sua forma mais vulgar, primitiva e simplista, frequentemente apoiado em pesquisas que recorreram a elementos da biologia. Tais estudos, ao comparar, por exemplo, crânios e dimensões das vértebras humanas, tinham como objetivo explícito subalternizar povos inteiros, inscrevendo a diferença racial como fundamento da desigualdade.

É relevante destacar que esse processo não se deu de modo aleatório, mas dentro de um projeto sistemático de subjugação de determinadas raças. Por essa razão, Fanon afirma que “um grupo social, um país, uma civilização, não podem ser racistas inconscientemente” (FANON, 2019, n.p.).

Essas realidades artificiais, construídas a partir de discursos e práticas originados nos países coloniais, tiveram como consequência o assalto direto e brutal de padrões culturais distintos em territórios específicos (ibid.). A cultura racista dos povos europeus e, de modo mais amplo, do Ocidente, legitimou comportamentos desumanos e, paradoxalmente, consolidou-se como a cultura situada no topo da hierarquia da humanidade. Como ressalta Fanon, “exploração, torturas, razias, racismo, liquidações coletivas e opressão racional revezam-se em planos diferentes de modo a fazer, literalmente, do autóctone um objeto nas mãos da nação ocupante” (ibid.).

Fanon procura, além de identificar os comportamentos racistas do colonizador, analisar a reação e os comportamentos dos subordinados, daqueles que sofrem os impactos da opressão. O primeiro padrão de comportamento observado é a adaptação à cultura imposta.

Tendo julgado, condenado, abandonado as suas formas culturais, a sua linguagem, a sua alimentação, os seus comportamentos sexuais, a sua maneira de sentar-se, de repousar, de rir, de divertir-se; o oprimido, com a energia e o desespero do náufrago, arremessa-se sobre a cultura imposta (FANON, 2019, n.p).

Convém ressaltar que os colonizadores organizaram de maneira sistemática e premed-

itada o rompimento dos laços familiares, bem como das conexões culturais e religiosas dos africanos sequestrados em seu continente de origem. Nesse sentido, Sanches observa, ao analisar o tráfico de pessoas para o Caribe, que: “Os membros pertencentes a diferentes tribos africanas foram cuidadosamente separados, de modo a reduzir o perigo de conspiração e, assim, forçados a dominar as línguas europeias, produtos altamente complexos de séculos de civilização” (SANCHES, 2011, p. 173).

Nesse processo, os sentimentos de culpa e de inferioridade aterrorizam a mente dos oprimidos. Desenvolvem uma crença enraizada de que suas características raciais e culturais são responsáveis por suas infelicidades. Acreditam que são os condenados da terra, os abomináveis que pagam o preço de seus pecados. E assim procuram a salvação na cultura declarada superior do opressor, mesmo com toneladas de grilhões colocados por este nas suas costas, como bem frisou Fanon nas seguintes palavras: “Sou negro e toneladas de grilhões, tempestades de golpes, rios de cusparadas escorrem pelas minhas costas” (2020, p. 241).

O segundo comportamento possível identificado por Fanon é o ressurgimento de uma consciência revolucionária após anos de opressão. Nessa fase, o inferiorizado não tem mais nada a perder e coloca tudo em jogo em busca de libertação súbita, total e absoluta. Aqui, o

oprimido rejeita a legitimidade do racismo e clama pela igualdade, e dificilmente há ação do opressor capaz de silenciar essa consciência ou deter essa revolução. Enquanto a postura do colonizador é marcada pela desumanidade, “a luta do inferiorizado situa-se a um nível nitidamente mais humano” (FANON, 2019, n.p).

A história da Revolução Haitiana é um exemplo deste segundo comportamento. Buck-Morss nos lembrou disso quando disse que “[...] a mais rica colônia não somente da França, mas de todo o mundo colonial, tomava nas próprias mãos as rédeas da luta pela liberdade, não através de petições, mas por meio de uma revolta violenta e organizada” (BUCK-MORSS, 2017, p. 138). Nesse sentido, o escravizado é um bom aluno, pois...

Foi o senhor-colono que ensinou ao escravo-colonizado que o único discurso possível e compreensível é o da violência. Então, o oprimido decide se expressar por meio dela, realizando uma inversão: é o escravizado que diz ao seu senhor que só compreende a linguagem da força. (QUEIROZ, 2022, p. 84).

Para Fanon, “a desgraça da pessoa de cor é ter sido escravizado” (2020, p. 241) e “a desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o ser humano onde quer que fosse” (Idem, p. 242). Por isso, ele acreditou na revolução como

única saída, pois reconheceu a impossibilidade do colonizador ouvir e entender as demandas do colonizado. Para ele é uma atitude fracassada a tentativa de um colonizado tentar negociar sua liberdade ou independência com o colonizador. A respeito disso, ele ressaltou o seguinte:

Se há uma atitude estéril, é a que consiste em um oprimido se dirigir ao “coração” de seus opressores: não há exemplo na história de uma potência dominante que tenha cedido às objurgações, por mais comoventes ou razoáveis que fossem, daquele que ela esmagava; contra interesses materiais, sentimentos e bom senso nunca são ouvidos” (FANON, 2021, p. 123-124).

Outro pioneiro dos estudos de novas perspectivas de análise é Aimé Césaire, que era professor de Fanon na Martinica. Para Césaire, a civilização europeia é algo destruidor que varre tudo que encontra em seu caminho. Em seu processo histórico, “Ela [a Europa] socavou as civilizações, destruiu as pátrias, arruinou as nacionalidades, extirpou ‘a raiz da diversidade’” (CÉSAIRE, 2020, p. 76). É uma civilização que banaliza, humilha, despreza e destrói. Para o autor, os colonizadores consideram os diferentes como bestas e os caçam.

Césaire acreditou, assim como Fanon, que o quadro que vive o mundo é o resultado das escolhas do homem, pois “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não está imune à in-

fluência humana. O homem é aquilo que faz com que a sociedade exista. O prognóstico está nas mãos daqueles que anseiam abalar as carcomidas do edifício” (FANON, 2020, p. 25). Portanto, é possível concluir que os dois estariam de acordo sobre o fato de que “Somente haverá desalienação genuína na medida em que as coisas, no sentido mais materialista possível, tiverem voltado ao seu lugar” (Ibid, p. 26). Isto é, a universalidade de fato dos direitos de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens, independentemente de sua cor e sua localização geográfica, que a Europa tanto defendeu.

Por mais que a França seja pioneira teoricamente na elaboração desses princípios, Buck-Morss nos lembrou, no caso da independência do Haiti, que “apesar de a abolição da escravatura ser a única consequência logicamente possível da ideia de liberdade universal, ela não se realizou por meio das ideias ou mesmo das ações revolucionárias dos franceses; ela se realizou graças às ações dos próprios escravos [escravizados]” (BUCK-MORSS, 2017, p. 138).

Haiti se tornou independente em 1804 e o último país que aboliu a escravidão nas Américas foi em 1888, quase um século depois. Isso reflete a ideia da autora Buck-Morss quando disse que “mesmo numa época em que proclamações teóricas de liberdade se convertiam em ação revolucionária na esfera política, era possível manter nas

sombras a economia colonial escravista que funcionava nos bastidores” (2017, p. 132).

A partir do diálogo realizado com esses pioneiros que tiveram papéis relevantes na reescrita da história do mundo e, principalmente, da história dos povos negros e não brancos de modo geral, e na elaboração de novas perspectivas de análise dos fatos passados, presentes e futuros, é possível observar, de acordo com Munanga (2004, p. 6), que “[...] o conceito de raça tal como o empregamos hoje nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Relações desiguais de poder envolvem exploração e uma disputa pelo controle dos principais meios de existência social.

A relação de poder e de dominação está ligada à relação de exploração. Para Quijano (2014, p. 1014), “Há uma relação clara entre a exploração e a dominação: nem toda dominação implica exploração. Mas esta não é possível sem aquela. A dominação é, portanto, sine qua non de todo poder”. Exploração envolve tratamento desumano, pois, nessas relações, além de negar a humanidade do outro, o seu corpo é exposto a todo tipo de humilhação.

Essa violência instaurada visa manter e assegurar de forma permanente o privilégio e o controle dos meios de existência social concentrados

nas mãos dos dominadores, que são os colonizadores, os europeus. Por isso, até hoje, acompanha-se, em várias partes do mundo não europeu e não branco, todo tipo de violência. De acordo com Faustino (2022, p. 96), “São a violência, a ditadura e a superexploração da força de trabalho nos territórios colonizados que permitem a paz, a democracia e o Estado de bem-estar social nas metrópoles”. Audebert, Jardim, Joseph e Pinho (2022, p. 25) concordam com Faustino ao sublinharem o seguinte: “[...] a violência antinegra não é um efeito colateral ou subproduto histórico ou sociológico contingente, mas a própria condição para estabilização e integridade do mundo branco.”

Hoje em dia, fala-se em imperialismo, que é uma inovação do sistema colonial para manter funcionando o seu monopólio sobre a produção e reprodução de todos os tipos de meios de existência social. E isso, não é diferente no campo da produção de conhecimento em ciências sociais, inclusive em Relações Internacionais (RI). Saurin sublinhou que “O imperialismo [...] busca garantir sua ordem por meio da monopolização dos meios de produção mental, e é dessa forma que há uma reprodução do conhecimento colonialista na RI” (SAURIN, 2006, p. 84, tradução nossa).

Fanon, por sua vez, emprega o conceito de “neocolonialismo” para caracterizar a nova postura dos colonizadores, a qual preserva a lógica e o modus operandi do antigo sistema colonial, ainda

que sob formas renovadas. Para o autor, “o inimigo nunca recua sinceramente. Nunca compreende. Capitula, mas não se converte” (FANON, 2019, n.p). Nessa mesma perspectiva, Sousa Santos ressalta:

O colonialismo é passado? Não. [...] foi uma forma específica de colonialismo, o colonialismo histórico, por ocupação territorial por potência estrangeira. Mas o colonialismo continuou até hoje sob outras formas, desde o neocolonialismo ao saque dos recursos naturais das ex-colônias e ao racismo (SOUZA, 2020, n.p).

Por isso, todos os autores vistos anteriormente neste trabalho, em uníssono, observaram uma única saída para os povos racializados. Essa saída é a resistência, a revolta e a revolução. A Europa não pretende nunca abrir mão de seus privilégios e do controle que tem. E se tiver uma revolta ou uma revolução ocorrendo, a Europa se levantará. O comentário de Fanon sobre a revolução da Argélia contra os franceses foi o seguinte: “O termo independência é suficiente, por si só, para levantar contra nós [o povo argelino] a unanimidade dos franceses” (FANON, 2021, p. 41).

Para os povos submetidos à matriz colonial, a racialização deve ser compreendida como o processo histórico e mental de produção da diferença, que inventou as categorias de “branco” e “negro” para fins de classificação social universal (DUSSEL,

2005; QUIJANO, 1999). Distintamente, o racismo constitui o sistema estrutural e a tecnologia de governo que operacionaliza essa classificação para legitimar a dominação, a exploração do trabalho e a degradação ontológica de corpos não brancos (MBEMBE, 2014).

No contexto haitiano, o enfrentamento a esse padrão de poder não foi monolítico, mas articulou-se através de táticas com implicações específicas: a resistência manifestou-se de forma contínua e cotidiana através do *marronnage* (quilombismo) e do uso da língua crioula e do vodu como tecnologias de insubordinação cultural e política; a revolta configurou-se nas eclosões violentas e episódicas contra o regime, como o levante massivo iniciado em 1791, que transformou a queixa individual em ação coletiva armada; e, por fim, a revolução representou a passagem definitiva para a reconstrução total da sociedade, culminando na destruição do sistema escravista e na fundação de um Estado soberano em 1804 (CABRAL, 2020; CASIMIR, 2007; DUBOIS, 2004; FIRMIN, 1885; GEGGUS, 2022; GETACHEW, 2016). Assim, a revolução haitiana não foi um evento isolado, mas a síntese de séculos de resistência e revoltas que lograram, pela primeira vez, "negar a negação" do processo histórico imposto pelo imperialismo.

Mesmo reconhecendo a tarefa árdua que demanda um processo de revolução para um povo colonizado, muitos desses autores acreditaram

que “[...] a simples existência do colonizador cria a opressão e só a liquidação completa da colonização permite a libertação do colonizado” (MEMMI, 2007, p. 188). Foi esse mesmo espírito que impulsionou as forças revolucionárias haitianas em sua luta contra o domínio francês. A partir dessa convicção, os haitianos também exerceram influência e contribuíram para outros movimentos revolucionários ocorridos em diferentes territórios da região. Contudo, a ousadia de afirmar sua independência e romper com a ordem colonial impôs ao Haiti um fardo extremamente elevado, cujas consequências permanecem visíveis até os dias atuais, como será discutido na próxima seção.

INDEPENDÊNCIA HAITIANA SEQUESTRADE PELO COLONIALISMO

O dia 6 de dezembro de 1492 constitui um marco na trajetória histórica³ do povo haitiano, simbolizando o início de um processo sombrio que ainda projeta efeitos sobre o presente. Essa data é fundamental para compreender não apenas as condições atuais vivenciadas pelo Haiti, mas também a conformação de seu destino histórico. Foi nesse dia que Cristóvão Colombo, acompanhado pelos espanhóis — representantes da potência europeia mais avançada de então —, chegou à ilha e a incorporou ao domínio colonial, nomeando-a Hispaniola.

Desde os seus primórdios, os sistemas que antecederam o capitalismo, assim como o próprio capitalismo em suas distintas fases e processos de evolução, caracterizaram-se por uma lógica de violência e brutalidade, como apontam diversos autores. Um exemplo emblemático desse caráter destrutivo encontra-se no caso da colonização espanhola, responsável por reduzir a população nativa da ilha Hispaniola de aproximadamente meio milhão — ou, segundo algumas estimativas, até um milhão de habitantes — para cerca de sessenta mil em apenas quinze anos (ARDOUIN, 1864; JAMES, 2007).

As origens de muitos dos males que ainda hoje afetam o Haiti remontam à chegada dos espanhóis ao território da ilha. Desde então, as comunidades locais foram violentamente atingidas em sua integridade social, cultural, econômica e ambiental. A região, rica em recursos naturais — sobretudo ouro —, foi explorada de modo predatório, uma vez que os colonizadores se recusavam a empregar suas próprias forças de trabalho e, em consequência, submeteram os nativos a condições próximas à escravidão. Além disso, a população indígena foi drasticamente reduzida devido à disseminação de doenças eurasiáticas, para as quais não possuía imunidade. Por volta de 1520, os espanhóis identificaram o potencial da ilha para o cultivo da cana-de-açúcar, inaugurando um ciclo de devastação ambiental que implicou a derruba-

da massiva de florestas e a degradação da biodiversidade local (DIAMOND, 2007). Sobre as atrocidades cometidas contra os povos originários da Hispaniola, Seitenfus (2014, p. 41) destaca: “[...], foi somente nas Antilhas e particularmente na ilha de Espanhola que a totalidade da população indígena foi varrida do mapa.”

Em 1697, com a assinatura do Tratado de Ryswick⁴ entre França e Espanha, a primeira obteve o direito legal sobre a parte ocidental da ilha, correspondente ao atual Haiti, enquanto a porção oriental permaneceu sob domínio espanhol, constituindo o território que hoje corresponde à República Dominicana. A região sob domínio francês transformou-se rapidamente em um espaço de grande prosperidade para os colonizadores, mas em um verdadeiro inferno para os africanos escravizados, uma vez que a população nativa da ilha já havia sido praticamente exterminada (JAMES, 2007; SEITENFUS, 2014).

Para os escravizados, “viver era duro e a morte, acreditavam, significava não apenas a libertação, mas o retorno à África” (JAMES, 2007, p. 30). Submetidos a condições desumanas, eram sistematicamente maltratados pelos colonizadores franceses, cuja intenção era mantê-los sob controle. Nesse sentido, como observa James, “para amedrontá-los e torná-los dóceis era necessário um regime de calculada brutalidade e de terrorismo [...]” (JAMES, 2007, p. 26).

Como destacaram Said, Fanon e Quijano, a colonização sempre esteve estruturada a partir de uma lógica racial, e o caso do Haiti não constituiu exceção. Na ilha, os brancos eram considerados superiores às pessoas pardas, as quais, por sua vez, reproduziam essa hierarquia ao se colocarem em posição de superioridade em relação aos negros escravizados. Essa estratificação permeava todas as dimensões da vida social, a ponto de, como observa James, “a segregação racial ser mantida, até mesmo na morte” (JAMES, 2007, p. 81). A respeito desse tema, o autor ressalta: “Os negros livres, falando comparativamente, não eram muitos, e tão desprezada era a pele negra que mesmo um mulato escravo se sentia superior ao negro livre. O mulato preferia tirar a própria vida do que ser escravo de um negro”⁵ (Ibid, 2007, p. 53-54).

Nesse contexto, os senhores de escravizados na ilha percebiam que um indivíduo escravizado, consciente de seus direitos e da possibilidade de liberdade, representaria uma ameaça fatal à estabilidade e ao funcionamento da colônia. Nesse sentido, James (2007) observa: “Uma vez que um homem de cor obtivesse os seus direitos, a vitória do resto seria apenas uma questão de trabalho e de tempo” (p. 84). Acrescenta-se que “um colonista⁶ nunca hesitava em mutilar ou em matar um escravo que lhe tinha custado milhares de francos” (JAMES, 2007, p. 36), demonstrando a extrema violência institucionalizada do regime escravis-

ta. Como enfatiza Fanon (2019, n.p), “a hesitação no assassinato nunca caracterizou o imperialismo”, evidenciando o caráter sistemático da brutalidade colonial.

Em 1789, os homens de cor — mulatos e negros livres — eram numericamente comparáveis aos brancos, totalizando aproximadamente 40.000 indivíduos. Nesse mesmo período, mais de 500.000 pessoas escravizadas — um terço das quais nascidas na própria ilha — sustentavam a produção da riqueza colonial (ARDOUIN, 1864). A magnitude dessa riqueza é destacada por Seitenfus (2014, p. 43), que observa: “Em 1789, por exemplo, dos 17 milhões de libras esterlinas exportados pela França, 11 milhões provinham da colônia de Saint-Domingue.”

A colônia era conhecida como a “Pérola das Antilhas”, mas grande parte de suas riquezas foi consumida pelo fogo durante a Revolução Haitiana, iniciada nos primeiros meses de 1791, após cerca de três séculos de submissão. O movimento foi liderado por Boukman, um alto-sacerdote, com o objetivo de conquistar a liberdade e retirar as riquezas das mãos da metrópole francesa (JAMES, 2007). Inicialmente, os negros buscavam a paz, a liberdade, a igualdade e a fraternidade; entretanto, os colonizadores se recusaram a renunciar a essa enorme riqueza, impondo um regime de terror por meio de suas tropas.

Em resposta ao terror imposto pelos

franceses, os revolucionários haitianos, compostos por negros, mulatos livres e escravizados, uniram-se e revidaram com a mesma intensidade. Conseguiram derrotar a maior expedição já enviada pela França até então, composta por vinte mil soldados veteranos sob o comando de alguns dos mais destacados oficiais de Bonaparte, além das tropas e colonos franceses já estabelecidos no território da colônia (JAMES, 2007).

Toussaint Louverture⁷, figura de enorme relevância histórica para o Haiti e para o mundo, destacou-se entre 1791 e 1802 como líder político e militar, conduzindo negociações com diversas potências europeias que mantinham relações com a ilha, sempre com o objetivo de assegurar a liberdade plena dos negros. Apesar disso, não demonstrava intenção de romper completamente os vínculos com a França, a qual considerava como a pátria-mãe do Haiti (ibid.).

Após a prisão de Toussaint Louverture, em 1802, emergiu uma nova liderança sob a figura de Jean-Jacques Dessalines, que, em consonância com a população insurgente, compreendeu que já não havia necessidade de tentar negociar com a metrópole, sendo a independência a única alternativa viável. Em 18 de novembro de 1803, travou-se a última batalha pela independência, seguida da declaração oficial em 1º de janeiro de 1804 (ibid.).

A Revolução Haitiana (1791-1804) ocorreu concomitantemente com a Revolução Francesa

(1789-1799). Mas as raízes da Revolução Haitiana podem ser encontrada na figura de Vincent Ogé, homem de cor livre que viajou para a França em 1789 junto com uma delegação para exigir na Assembleia Nacional Francesa o fim das leis racistas e o direito de representatividade dos homens de cor na Assembleia. O resultado final das demandas e das lutas de Ogé resultou em sua execução em 1790 (DUARTE; QUEIROZ, 2017).

A independência do Haiti constituiu um desafio direto ao sistema colonial e às ideologias racistas que o sustentavam. O ocorrido naquela ilha foi considerado impensável à época, dado que os negros haviam sido historicamente reduzidos à condição de objetos e desumanizados. De acordo com as concepções racistas vigentes, apoiadas em diversas teses e hipóteses elaboradas ao longo da história, prevalecia a ideia de que os negros eram desprovidos de inteligência, incapazes de organização política e inaptos para o autogoverno.

Os negros haitianos desafiaram as bases de todo o sistema colonial e escravista, o que gerou um temor de alcance internacional. O Haiti foi rapidamente isolado, numa tentativa de evitar que a notícia de sua independência repercutisse em outras colônias; ainda assim, a Revolução de 1804 exerceu forte impacto em diversos países, levando à adoção de medidas restritivas. Como destacam Silva e Borba de Sá (2021, p. 3), “quanto aos dirigentes brasileiros, passaram a temer o Haiti como

ao diabo”. No mesmo período, no Brasil, “ser acusado de ‘haitianismo’ ou chamado de ‘haitiano’ era uma das piores ofensas políticas e pessoais que alguém poderia sofrer” (ibid., p. 4). Ademais, a Revolução Haitiana figura entre os fatores que motivaram o processo de branqueamento no Brasil, concebido como estratégia para aumentar numericamente a população branca e, assim, reduzir o risco de levantes semelhantes protagonizados pelos negros (ibid.).

Esse temor internacional resultou, desde os primórdios, nos primeiros movimentos que contribuíram para a estagnação do desenvolvimento haitiano e para a ampliação da miséria de sua população. Embargos econômicos e comerciais foram somados à exigência de uma indenização exorbitante à França, imposta 21 anos após a independência, a qual comprometeu, até o início do século XX, cerca de dois terços de toda a produção nacional, deixando marcas profundas no progresso da nação e na capacidade de subsistência do povo haitiano (REBECCHI, 2007).

As potências coloniais nunca deixaram de elaborar e executar planos para a manutenção do controle sobre os territórios considerados subalternizados. Em consequência, apesar da vitória histórica do Haiti, o país enfrentou constantemente ameaças de novas invasões, isolamento internacional, conflitos internos, guerras civis e movimentos secessionistas. Do momento da inde-

pendência até a atualidade, o território haitiano tem sido marcado pela ausência de paz, bem como pela instabilidade política e econômica.

O período da Revolução Haitiana representa talvez a única época da qual os haitianos ainda podem se orgulhar nos dias atuais, consistindo em feitos preservados no imaginário coletivo como símbolos da resistência heroica (SEITENFUS, 2014; SUTTER, 2010). Essa conquista transformou a antiga “Pérola das Antilhas” em uma “terra maldita” aos olhos de grande parte da comunidade internacional. Como observa Seitenfus (2014, p. 50): “Nenhum outro jovem Estado receberá do mundo o tratamento iníquo que será infligido ao berço dos direitos humanos fundamentais”. Torna-se, portanto, pertinente apresentar um resumo da primeira fase da jovem nação após a independência, conforme ilustrado no Quadro 1.

No caso da intervenção dos Estados Unidos no território haitiano, o discurso oficial girava em torno da necessidade de pacificar o país e proteger os interesses de empresários americanos e de outros investidores estrangeiros. Contudo, na prática, a missão revelou-se orientada, ao que tudo indica, à apropriação dos limitados recursos do país, como pode ser inferido das análises apresentadas a seguir.

Em 17 de dezembro de 1914, os fuzileiros navais dos Estados Unidos saquearam, armas em punho, o Banco Nacional do Haiti. Levaram

Quadro 1 - Etapas históricas do Haiti da independência até o fim da ditadura de Baby Doc

Período	Descrição
01-01-1804	Independência da colônia francesa de Saint-Domingue com a denominação de Haiti sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines.
1805	Jean-Jacques Dessalines se autoproclama imperador.
1806	Assassinato de Jean-Jacques Dessalines.
1806-1820	O país é dividido entre um governo do Norte (Henri Cristophe, negro) e um do Sul (Alexandre Pétion, pardo).
1820-1842	Unificação ⁸ do Haiti. Sob pretexto de ajuda a independência da parte oriental, Jean-Pierre Boyer ocupa toda a ilha de Espanhola.
1843-1915	Tirantias, revoluções e desordens com o desfile de 22 ditadores ao longo do período.
1915-1934	Haiti ocupado pelos Estados Unidos, transforma-se num protetorado ⁹ de Washington.
1934	A política dita de boa vizinhança ¹⁰ de F. D. Roosevelt conduz a retirada EUA.
1934-1941	Ditadura de Stenio Vincent. Derrubado por um golpe.
1937	Operação ¹¹ "Perijil". Massacre de mais de 20 mil haitianos por Trujillo
1941-1946	Ditadura de Antoine Louis Léocardie Élie Lescot. Derrubado por um golpe.
1946-1950	Ditadura de Léon Dumarsais Estimé. Derrubado por um golpe.
1950-1957	Administração de Paul Eugène Magloire. Derrubado por um golpe.
1957-1971	Eleição e ditadura François Duvalier (nomeado "Papa Doc").
1971-1986	Ditadura Jean-Claude Duvalier (hereditária).
1986 -?	Transição para a democracia representativa.

Fonte: Seitenfus (2014, p.67)

todas as reservas em ouro e em moeda estrangeira, transportando-as [...] até o National City Bank de Nova York (comumente chamado de City Bank e posteriormente transformado em Citibank), uma das principais instituições bancárias americanas. Sete meses depois, os fuzileiros invadiram o Haiti, assumiram o controle das alfândegas e das finanças do país, mantendo-o sob lei marcial com um governo de, por e para o City Bank até 1934. Antes de se retirarem, cuidaram de tomar todas as medidas que lhes assegurassem controle permanente sobre as instituições políticas e econômicas do país (REBECCHI, 2007, p. 41, tradução nossa).

Ainda mais:

[...] para compreender por que os Estados Unidos desembarcaram e mantiveram forças militares no país por quinze anos, e por que cerca de três mil homens, mulheres e crianças haitianas foram mortos pelas rajadas de metralhadoras e rifles americanos, é necessário, entre outras coisas, saber que o National City Bank de Nova York possuía grandes interesses no Haiti. É preciso compreender que o National City Bank controlava o Banco Nacional do Haiti e funcionava como o depósito de todos os fundos nacionais haitianos, os quais eram

arrecadados por autoridades americanas, [...] (REBECCHI, 2007, p. 52, tradução nossa).

Por se tratar de um povo negro, a independência do Haiti jamais foi plenamente respeitada ou reconhecida pela comunidade internacional. O território haitiano converteu-se, ao longo do tempo, em um espaço constantemente vulnerável à ingerência externa e à reatualização de práticas coloniais em diferentes formatos. Nesse sentido, pode ser interpretado como um verdadeiro laboratório de colonização, no qual se experimentaram múltiplas estratégias de dominação. Como observa Fanon (2019, n.p), “as divisões, as comissões mistas controladas, as colocações sob tutela, são meios legais internacionais de torturar, quebrar a vontade de independência dos povos, de cultivar a anarquia, o banditismo e a miséria”.

No plano geoestratégico, o boicote à República do Haiti materializou-se, em diferentes momentos de sua trajetória histórica, por meio de embargos impostos pelas potências coloniais. Nesse sentido, Seitenfus (2014, p. 22) observa que “o pecado original do Haiti, na cena mundial, é sua libertação. Os haitianos cometeram o inaceitável em 1804: [...]”. De acordo com esse autor “o Haiti foi objeto, desde o início de 1993, de nada menos que sete Operações de Paz das Nações Unidas” (ibid., p. 78), envolvendo tanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) quanto a Organização das Nações Unidas (ONU). O Quadro 2 sin-

tetiza essas missões, as quais podem ser interpretadas não apenas como iniciativas de estabilização, mas também como formas de ocupação política e militar do território haitiano.

No que se refere à MINUSTAH liderada pelo Brasil e oficialmente orientada para a pacificação do país, é relevante destacar que, ao longo dos 13 anos de sua duração, não há registros de soldados mortos em confrontos diretos. Isso se explica, em grande medida, pelo fato de que não havia uma guerra em curso no Haiti. Na prática, as operações da ONU revelaram limitações estruturais e recorrentes fracassos. Como observa Fanon (2019), “a ONU nunca foi capaz de resolver validamente um único dos problemas postos à consciência do homem pelo colonialismo, e sempre que interveio foi para, concretamente, socorrer a dominação colonialista do país opressor”.

O balanço da presença da missão da ONU no Haiti revela-se amplamente negativo. Estima-se que mais de duas mil pessoas tenham sido vítimas de abusos sexuais cometidos por soldados e funcionários civis das Nações Unidas. Ademais, as tropas introduziram a epidemia de cólera no país, resultando em mais de 30 mil mortes e mais de 700 mil pessoas infectadas. Ressalta-se, ainda, a disparidade entre os recursos mobilizados: enquanto a ONU dispunha, sem grandes dificuldades, de cerca de 400 milhões de dólares anuais para a manutenção da missão, não conseguiu destinar o

Quadro 2 - Missões das Nações Unidas ao Haïti (1993-2017)

Missão	Duração	Comando	Efetivos	Custos
MICIVIH ¹³	Fevereiro 1993 a Março 2000	ONU e OEA	280 civis	US\$ 14 milhões
UNMIH ¹⁴	Setembro 1993 a Junho 1996	Estados Unidos	1 297 militares e 291 policiais	US\$ 15,1 milhões
UNSMIH ¹⁵	Julho 1996 a Julho 1997	Canadá	1 300 militares e 225 civis	US\$ 71 milhões
UNTMIH ¹⁶	Agosto a Novembro 1997	Canadá	50 militares e 250 policiais	US\$ 20,6 milhões
Missão	Duração	Comando	Efetivos	Custos
MIPONUH ¹⁷	Dezembro 1997 a Março 2000	Argentina	300 policiais	US\$ 54 milhões
MICAH ¹⁸	Março 2000 a Fevereiro 2001	Missão civil	207 civis	US\$ 27 milhões
MINUSTAH ¹⁹	Junho 2004 a Outubro 2017	Brasil	12 000 militares e 2 500 policiais	US\$ 8,2 bilhões
MINUJUSTH ²⁰	Outubro 2017 a Outubro 2019	ONU	1275 policiais	+ de 10 milhões

Fonte: Seitenfus (2014, p.80); NACÕES UNIDAS (2019)

mesmo montante para o combate à doença (DULCE, 2019; QUEIROZ; JUPY, 2021).

As implicações nos processos eleitorais durante o período da missão, somadas a outros atos inaceitáveis amplamente documentados, integram o balanço negativo da atuação da ONU no Haiti (ibid.). Como observa Fanon (2019, n.p), “não é verdade dizer que a ONU falha porque as causas são difíceis. Na realidade, a ONU é a carta jurídica que os interesses imperialistas utilizam quando a carta da força bruta não deu resultado”.

A missão principal da MINUSTAH consistia em “restaurar um ambiente seguro e estável, promover o processo político, fortalecer as instituições governamentais e as estruturas do Estado de Direito do Haiti, bem como promover e proteger

os direitos humanos” (NAÇÕES UNIDAS, 2025, n.p.). Contudo, o cenário verificado alguns anos após o encerramento da missão caracteriza-se por um nível de insegurança e violência sem precedentes, somado à quase inexistência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do acentuado enfraquecimento e disfuncionamento das instituições nacionais. Apesar desse quadro, os relatórios oficiais das Nações Unidas classificaram a missão como bem-sucedida, sem reconhecer que, em vez de solucionar os problemas do país, a intervenção não apenas fracassou em seus propósitos declarados, como também contribuiu para o agravamento da crise haitiana.

O assassinato do presidente do Haiti, em 7 de julho de 2021, não pode ser analisado isolada-

mente, mas deve ser compreendido à luz da atuação das potências externas e de seus interesses estratégicos. Na ocasião, vinte e seis colombianos e dois cidadãos norte-americanos de origem haitiana invadiram a residência privada do chefe de Estado e o executaram (BBC NEWS BRASIL, 2021; PARDO, 2021). Ressalte-se que este episódio representa a quinta vez, desde a proclamação da independência, que um presidente haitiano é assassinado, evidenciando a persistência de um padrão de violência política no país associado às dinâmicas de dominação sistêmica.

Vale destacar que, após o encerramento da missão MINUJUSTH — operação sucessora da MINUSTAH — em junho de 2019, foi criado o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH), com a finalidade de coordenar os projetos, ações e fundos remanescentes da organização no país até junho de 2024 (NAÇÕES UNIDAS, 2023). Esse processo evidencia que a presença das Nações Unidas no Haiti se estendeu por mais de duas décadas, período durante o qual o agravamento da violência ocorreu sob o olhar direto da comunidade internacional. Tal contexto suscita questionamentos críticos, na medida em que a persistência da violência parece ter se convertido não apenas em um desafio a ser enfrentado, mas também em elemento que, paradoxalmente, legitima e sustenta a própria razão de existência das missões onusianas no território haitiano.

A comunidade internacional, em articulação com setores da elite haitiana alinhados a interesses de matriz imperialista, tem reiteradamente recorrido a soluções simplistas e de caráter meramente paliativo. Um exemplo emblemático ocorreu após o assassinato do presidente, quando, diante da profunda perda de controle político e social no país, autorizou-se, em junho de 2024, a entrada de uma nova força internacional no território haitiano. Tal iniciativa sucedeu o encerramento de sucessivas missões onusianas que, ao longo de mais de duas décadas, fracassaram em grande medida em cumprir os objetivos que justificaram sua criação. Trata-se da Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MSS), liderada pelo Quênia e aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, cujas metas oficiais compreendem combater as ameaças à paz e à estabilidade no Haiti, apoiar a Polícia Nacional Haitiana e proteger infraestruturas críticas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2023; VATICAN NEWS, 2024).

Ademais, há registros da existência de um contrato envolvendo Erik Prince, aliado do presidente Donald Trump e fundador da empresa de segurança privada Blackwater, atualmente reconfigurada no setor militar privado. A iniciativa busca recrutar soldados da diáspora haitiana, bem como mercenários provenientes de países da América Latina, com o objetivo declarado de combater as gangues e a violência no Haiti (THE HAITIAN

TIMES, 2025). Tal medida, contudo, tem suscitado sérias preocupações quanto ao risco de agravamento da violência contra civis e à possibilidade de recorrentes violações de direitos humanos no país. O mais preocupante é a elevada probabilidade de que parte dos mercenários envolvidos na execução do presidente do Haiti tenha recebido treinamento fornecido por essa empresa (PARDO, 2021).

Diante de todo esse panorama, o Haiti continua, até os dias atuais, a clamar por sua verdadeira independência frente ao sistema neocolonial. Para o professor haitiano-brasileiro Joseph (2021), “os estigmas miserabilistas e reducionistas pouco ajudam a compreender a profundidade das estruturas políticas perversas do país. Pelo contrário, reforçam a mesma retórica da raça do século XVIII e XIX, que deixou graves resquícios, como o racismo estrutural”. O autor também aponta para a necessidade de se refletir sobre possíveis caminhos para uma emancipação efetiva no contexto neocolonial:

Não há democracia sem descolonização. A democracia deve andar ao lado da descolonização, exigindo a construção de políticas estatais capazes de fazerem mudanças radicais e efetivas. A descolonização exige necessariamente sair do imediatismo simplista, do perigo da história única e das políticas humanitaristas que atuam através de lógicas neocolonialistas (JOSEPH, 2021).

O Haiti constitui a segunda república do continente americano, a primeira república independente da América Latina e a primeira república negra do mundo (Costantini, 2014). Ao proclamar sua independência em 1º de janeiro de 1804, legou ao mundo os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade em sua forma mais autêntica e radical. Todavia, é imprescindível que os cidadãos haitianos reconheçam que a chamada comunidade internacional, em particular os países de orientação imperialista e neocolonial, nunca teve, não tem e dificilmente terá a intenção genuína de enfrentar ou solucionar os problemas estruturais que afetam o país.

CONCLUSÕES FINAIS

De fato, “[...] os eventos revolucionários [...] fizeram nascer o primeiro país pós-colonial livre da escravidão” (DUARTE; QUEIROZ, 2017, p. 25). Contudo, as estruturas econômica, social, cultural e institucional do Haiti foram progressivamente fragilizadas ao longo dos anos pela lógica neocolonial. O país, por conseguinte, carece de bases sólidas, recursos e instituições capazes de enfrentar, de forma autônoma, seus desafios contemporâneos. Entretanto, tampouco pode depositar expectativas de superação desses problemas nos antigos poderes coloniais, responsáveis, em grande medida, pela sua criação e perpetuação,

nem na própria ONU, cujas intervenções, em diversas circunstâncias, revelaram alinhamento aos interesses imperialistas.

Constata-se a presença de uma hierarquização étnico-social profundamente enraizada na aliança estabelecida entre os mulatos e os negros escravizados que conduziram o processo de independência do Haiti, uma vez que os primeiros se percebiam como superiores aos últimos. Essa dinâmica configurou-se como um dos fatores centrais das instabilidades políticas e sociais que marcaram o período pós-independência, na medida em que parte significativa das elites mulatas passou a se alinhar e a oferecer suporte aos interesses das antigas potências coloniais.

Como mencionado anteriormente, o Haiti é formado, em sua maioria, por descendentes de africanos escravizados que foram trazidos para o país. Nesse contexto, torna-se fundamental cultivar uma consciência nacional que reconheça e identifique tanto os inimigos internos quanto externos dos interesses do povo negro haitiano. Culturalmente, o país ainda reflete legados coloniais de hierarquização étnico-racial, sendo incapaz de estabelecer relações recíprocas de igualdade entre seus diferentes grupos sociais. Consequentemente, o Haiti deveria buscar criar, ampliar e fortalecer suas relações com sua terra-mãe, a África, na busca de soluções para seus múltiplos problemas internos. Se, para os imperialistas racis-

tas, o Haiti representa um desafio ou constrangimento, para os povos africanos e afrodescendentes ele constitui um motivo de orgulho e inspiração.

Por fim, é imprescindível que as diferentes classes sociais e os partidos políticos deixem de lado interesses pessoais e de poder, concentrando-se na resolução dos problemas internos de forma coletiva, enquanto nação unida, soberana e primeira República negra do mundo. Ao mesmo tempo, deve-se buscar limitar a interferência das potências externas nas questões domésticas, fortalecendo a autonomia e a capacidade de decisão do país.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Leslie M. **Fear of a Black Republic: Haiti and the Birth of Black Internationalism in the United States**. Urbana: University of Illinois Press, 2023.

ARDOUIN, Beaubrun. **Géographie de l'Île d'Haïti**: Précédée du Précis et de la Date des Événements les plus Remarquables de son Histoire. Port-au-Prince, Haïti: Réimprimée au Port-au-Prince, par T. Bouchereau, 1864, 86 pp. Première édition, 1832.

AUDEBERT, Cédric. JARDIM, Denise F.; JOSEPH, Handerson; PINHO, Osmundo. **Negritude e**

relações raciais: racismo e antirracismos no espaço atlântico. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 7-37, maio/ago. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BBC NEWS BRASIL. **Presidente do Haiti assassinado**: de onde são os mercenários estrangeiros presos pelo ataque a Jovenel Moïse. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57772948>. Acesso em: 03 de setembro de 2025.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

CABRAL, Amílcar. A arma da teoria. In: MANOEL, Jones e LANDI, Gabriel (ORG.). **Revolução Africana**: uma Antologia do Pensamento Marxista. Autonomia Literária, 2020.

CASIMIR, Jean. **The Haitians**: a decolonial history.

Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Segunda Edição. Editória Livros & Livros, 2020.

COSTANTINI, Alessandro. **Cinquante ans de regards sur la littérature d’Haïti (les traductions italiennes de 1948 à 1998)**. Interfrancophonies - Mélanges, 2014.

DIAMOND, Jared. **Colapso**: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 5^ª ed. São Paulo: Editor Record, 2007.

DUARTE, Evandro Charles Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. A Revolução Haitiana e o Atlântico Negro: o Constitucionalismo em face do Lado Oculto da Modernidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 49, jul/dez 2016.

DUBOIS, Laurent. **Avengers of the new world**: the story of the Haitian revolution. Cambridge: The Belknap Press, 2004.

DULCE, Emilly. **Há Dois Anos Terminava a Missão do Exército Brasileiro no Haiti**: “Sucesso Para Quem?”. Brasil de Fato, São Paulo (SP), 15 de outubro de 2019.

- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- FANON, Franz. Racismo e Cultura. *In*: LANDI, Gabriel e MANOEL, Jones. **Revolução Africana**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; Prefácio de Grada Kilomba; Posfácio de Deivison Faustino; Textos Complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz. **Escritos Políticos**. Tradução de Monica Stahel. 1a Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as Encruzilhadas: Teoria, política e Subjetividade**. São Paulo: Ubu Editora, 2022, 336pp
- FIRMIN, Antenor. **De l'égalité des races humaines (Anthropologie positive)**. Paris: Librairie Cotillon, 1885.
- GEGGUS, David Patrick. **Haitian Revolutionary Studies**. Bloomington: Indiana University Press, 2022.
- GETACHEW, Adom. **Worldmaking After Empire: The Rise and Fall of Self-Determination**. Princeton University Press, 2019.
- GORDON, Lewis R. **Freedom, Justice, and Decolonization**. New York: Routledge, 2021.
- GÓMEZ, P. P. O paradoxo do fim do colonialismo e a permanência da colonialidade. **Vazantes**, v. 1, n. 2, p. 26-41, 2017.
- JAMES C. L. R. **Jacobinos negros: Toussaint Louverture e a Revolução Negra em São Domingos**. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 1a edição, agosto de 2000 / 1ª reimpressão: março de 2007.
- JOSEPH, Handerson. **A morte do Presidente do Haiti e o Neocolonialismo**. Instituto Humanitas Unisinos, 2021.
- NAÇÕES UNIDAS. **ONU renova mandato do Escritório Integrado no Haiti**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817522>. Acesso em: 03 de setembro de 2025.
- NAÇÕES UNIDAS. **Restaurando um ambiente se-**

guro e estável. 2025. Ficha técnica da MINUSTAH, 2025. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>. Acesso em: 02 de setembro de 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **MINUJUSTH completes its mandate, putting an end to 15 consecutive years of peacekeeping in Haiti.** 2025. Disponível em: <https://minujsth.unmissions.org/en/minujsth-completes-its-mandate-putting-end-15-consecutive-years-peacekeeping-haiti-0>. Acesso em: 02 de setembro de 2025.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Portugal: Editora Antígona, 2014.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizador** Precedido de Retrato do Colonizado. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial e o Significado de Identidade em Política.** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MILLS, C. W. **O contrato racial.** Tradução: Teófilo Reis e Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MILLS, C. W. Racial Exploitation and the Payoff of Whiteness. *In*: DEVEAUX, M.; PANITCH, V. (org.). **Exploitation: from practice to theory.** London: Rowman & Littlefield, 2017. p. 75-104.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Envio de Missão Multinacional ao Haiti.** Nota à imprensa nº 426, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/envio-de-missao-multinacional-ao-haiti#:~:text=Suas%20fun%C3%A7%C3%B5es%20incluem%20capacita%C3%A7%C3%A3o%2C%20planejamento,e%20do%20desenvolvimento%20do%20pa%C3%ADs. Acesso em: 03 de setembro de 2025.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** [S.l: s.n.], PENESB-RJ, 2004. Disponível em: <https://wiser.wits.ac.za/system/files/Achille%20Mbembe%20-%20Decolonizing%20Knowledge%20and%20the%20Question%20of%20the%20Archive.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2025.

PARDO, Daniel. **Haiti: a indústria de mercenários colombianos que pode estar por trás do assassinato do presidente Jovenel Moïse.** BBC NEWS BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/>

- [portuguese/internacional-57785156](#). Acesso em: 03 de setembro de 2025.
- QUEIROZ, Marcos. Caribe, Corazón de la Modernidad. Cultura Latinoamericana. **Revista de Estudios Interculturales**, v. 28, p. 234-250, 2018.
- QUEIROZ, Marcos; JUPY, Lucas. O Haiti é aqui? A Revolução Haitiana no ensino do Direito no Brasil. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 8, p. 1-27, 2021.
- QUEIROZ, Marcos. **O Haiti é aqui**: ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX). 2022. 700 f., il. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022
- QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza! **Ecuador Debate**, Quito, n. 48, p. 195-202, dez. 1999.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, eurocentrism and Latin America. *Nepantla: Views from South*, Durham: Duke University Press, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula. **Espistemologias do Sul**. Cortez editora, São Paulo, 2014.
- REBECCHI, Tony. **Essai Sur L'histoire Economique D'Haïti De 1491 À Nos Jours**. ISBN: 978-1-4092-4553-7. 1a edição: agosto de 2000 / 1a impressão: março de 2007
- ROSIER J. Samuel. Os Haitianos nos Mundos de Trabalho e suas Redes de Sociabilidade. *In*: Claudia Mortari; Luisa Tombini Wittmann. (Org.). **Narrativas Insurgentes**: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. 1ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2020, v. 1, p. 207-230.
- SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.
- SANTOS, Boaventura Sousa. **O colonialismo Insidioso**. Espaço Público, março de 2018.

SAURIN, Julian. International Relations as the Imperial Illusion; or, the Need to Decolonize IR. In: JONES, Branwen Gruffydd. **Decolonizing International Relations**. Rowman & Littlefield Publishers, Inc., United States of America, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais**. Ed. Unijuí, 2014

SILVA, Karine de Souza. **Calunga Grande, o Transnacionalismo Negro e o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2025.

SILVA, Karine de Souza; BORBA DE SÁ, Miguel. Do Haitianismo à nova Lei de Migração: Direito, Raça e Política Migratória brasileira em perspectiva histórica. **Revista nuestraAmérica**, vol. 9, núm. 17, e5650701, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5519/551968077004/html/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SUTTER, Christina. Haiti, País Mal Dito. **Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza – Vol. X – Nº 3 – p. 931-950 – set/2010.

THE HAITIAN TIMES. **Aliado de Trump tenta recrutar veteranos haitianos-americanos para missão mercenária no Haiti**. 2025. Disponível em: <https://haitiantimes.com/pt/2025/05/29/Miss%C3%A3o-dos-Veteranos-Americanos-Haitianos-da-Blackwater-no-Haiti/>. Acessado em: 02 de setembro de 2025.

VATICAN NEWS. **Haiti: uma missão da ONU para reavivar a esperança**. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2024-07/haiti-missao-onu-entrevista-pe-claudy-duclervil-radio-tele-solei.html>. Acessado em: 02 de setembro de 2025.

NOTAS

¹Giro decolonial “basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013, p. 105).

²É aprender a desaprender. É uma ruptura com o pensamento único e universal europeu e uma abertura para novas perspectivas plurais de epistemologia.

³A ilha possuía uma história rica muito antes da chamada “descoberta”; seus territórios eram habitados por povos nativos há cerca de cinco mil anos (DIAMOND, 2007, p. 231). De modo recorrente, os colonizadores apagaram ou minimizaram a história desses povos originários, impondo narrativas próprias que privilegiam protagonistas coloniais e si-

lenciam aqueles que poderiam contar suas próprias experiências e trajetórias (ROSIER, 2020).

⁴O Tratado de Ryswick foi assinado em 20 de setembro de 1697 e pôs fim à Guerra dos Nove Anos, na qual a França combateu a Grande Aliança. O tratado tem este nome por ter sido assinado na cidade holandesa de Ryswick (atual Rijswijk). Foi nesse tratado que os franceses receberam da Espanha a parte ocidental da ilha de Santo Domingo (atual Haiti).

⁵No contexto da Revolução Haitiana, negros e pardos uniram-se na luta contra os colonizadores brancos; contudo, é importante salientar que os interesses dos pardos nunca foram totalmente coincidentes com os dos negros. Não por acaso, as pessoas pardas representam atualmente cerca de 5% da população haitiana, mas controlam o processo produtivo e detêm mais de 68% da riqueza do país (ROBERT, 2012).

⁶Pessoa que se dedica a questões relacionadas com colonos ou colônias.

⁷François-Dominique Toussaint nasceu por volta de 1743, na colônia francesa de Saint-Domingue (atual Haiti), filho de um africano trazido à força para a região. Assim como a maioria da população escravizada da ilha, era negro. Foi libertado em 1777 e, em 1791, com a eclosão da rebelião dos escravizados, organizou seu próprio exército insurgente. Pouco tempo depois, consolidou sua liderança e passou a ser conhecido como Toussaint Louverture.

⁸Após o tratado de Ryswick que dividiu a ilha entre a França e Espanha, a unificação do país só aconteceu em 1820 sob o governo de Jean-Pierre Boyer, que governou como ditador até 1843.

⁹Significa *Território não incorporado* que é um termo legal na lei dos Estados Unidos que denota uma área controlada pelo governo, mas que não faz parte dos Estados Unidos.

¹⁰A principal característica dessa política criada e apresentada pelo governo dos Estados Unidos presidido por Franklin Delano Roosevelt foi o abandono da prática intervencionista que prevalecera nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desde o final do século XIX até quase a metade do século XX. A partir de então, adotou-se a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar.

¹¹Em 2 de outubro de 1937, Rafael Leonidas Trujillo, ditador da República Dominicana, ordenou às suas tropas a erradicação maciça da população de origem haitiana residente no território dominicano, particularmente nas áreas agrícolas situadas ao longo da fronteira entre República Dominicana e Haiti. Este morticínio ficou conhecido como o Massacre da Salsinha (“Masacre del Perejil”, em espanhol) (ALTMAN, 2013).

¹²Para mais informações sobre as diferentes missões de paz da ONU no Haiti e em outras regiões do mundo, consultar o portal oficial da organização (UNITED NATIONS, 2025). Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en>. Acesso em: 01 de setembro 2025.

¹³Missão Civil Internacional da OEA/ONU no Haiti.

¹⁴Missão das Nações Unidas no Haiti.

¹⁵Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti.

¹⁶Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti.

¹⁷Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti.

¹⁸Missão Internacional de Apoio Civil no Haiti.

¹⁹Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

²⁰Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti.

²¹Não foi possível encontrar informações exatas sobre o orçamento dessa missão.